

Comentário do Gestor

Julho foi um excelente mês para ativos de risco, amparado por dados da economia americana que afastam a narrativa de recessão: PIB americano do segundo trimestre revisado para cima, resultados corporativos acima do esperado e inflação americana em queda consistente. Aliado a isso, tivemos a reunião do Politburo, onde foi anunciado um empenho do Governo chinês para estimular demanda local, que não se recupera como o esperado desde o início da pandemia.

No mês, a curva de juros americana empinou, com o vértice de 2 anos quase inalterado, fechando 2 pontos base (pb), e o de 10 anos abrindo 12 pb. No mercado de renda fixa, compressão de prêmios, com o risco país do Brasil (CDS de 5 anos) em seu processo de fechamento, indo de 177 pb para 165 pb, o *spread* do índice de bonds corporativos da América Latina, compilado pela Bloomberg, fechou 24 pb, indo de 418 pb para 394 pb e o *spread* dos títulos americanos de alto rendimento dos EUA (*US High Yield*) recuou de 430 pb para 409 pb. O DXY (Dólar Index - cesta de moedas contra o dólar americano) recuou 1,0% e o BRL valorizou 1,2%, em linha com outros emergentes. As bolsas tiveram alta durante o mês, com S&P 500 registrando alta de 3,1%, Nasdaq 4,0% e Ibovespa 3,3%. O benchmark de volatilidade do S&P 500 (VIX) ficou praticamente estável, de 13,59 do mês anterior para 13,63. Destaque para o preço do barril do Brent, que avançou 14,2% no mês, suportado por extensão de cortes de produção da Arábia Saudita, reescalada da guerra na Ucrânia, fechamento dos portos no Mar Negro e perspectiva positiva para economia chinesa.

Nos Estados Unidos, a atividade continua a surpreender positivamente e o PIB do segundo trimestre foi mais uma vez revisado para cima, indo de 2,0% t/t da leitura anterior para 2,4% t/t, acima do consenso de desaceleração para 1,8% t/t. Tal leitura se contrapõe aos dados de mais alta frequência, como vendas no varejo e produção industrial, que vieram abaixo do consenso, com o segundo em queda. Em relação à inflação, surpresas positivas, com o CPI recuando de 4,0% a/a em maio para 3,0% a/a em junho, assim como o núcleo foi de 5,3% a/a para 4,8% a/a, abaixo do consenso. O PCE, o preferido do Fed, registrou queda de 3,8% a/a em maio para 3,0% a/a, em linha

com o consenso, e seu respectivo núcleo foi de 4,6% a/a em maio para 4,1% a/a, ante consenso de 4,2% a/a.

Os dados melhores que o esperado da economia americana, somados aos resultados corporativos fortes, inclusive das empresas tecnológicas, chancelaram a tese de que economia americana está em pouso suave. Em relação à política monetária, a inflação em queda, porém acima da meta, e um mercado de trabalho apertado, provocaram uma reação mais dura do FOMC, que elevou os juros em 25 pb, em linha com consenso, e comunicou que uma possível nova alta de 25 pb, como indicado na reunião de junho, será dependente de dados. O comitê frisou que o principal foco da instituição é trazer a inflação de volta para a meta, apesar de John Willians (NY) e Austan Goolsbee (Chicago), por exemplo, estarem com uma retórica mais *dovish*.

Na Zona do Euro, a inflação continua elevada, com índice cheio em 5,3% a/a e núcleo a 5,5% a/a, enquanto dados de atividade, como vendas no varejo e produção industrial, na comparação anual, estão em território negativo, o que coloca a região em uma “sinuca de bico”. Porém, o PIB do 2º trimestre veio 0,6% a/a, ante 1,1% a/a do 1º trimestre, mas acima do consenso de 0,4% a/a, surpresa positiva. Em relação aos juros, o BCE acabou elevando juro básico em 25 pb, em linha com consenso, mas deixou futuras altas em aberto, indicando ser possível fim do ciclo de alta, como exemplificado por Lagarde: “Temos mente aberta sobre a reunião de setembro. Podemos subir ou podemos pausar. Os dados mostrarão o caminho”.

Na China, a reunião do Politburo prometeu estímulos adicionais, devido à demanda fraca e ao setor imobiliário claudicante. Foi concluído que a economia local não conseguiu recuperar sua força após a pandemia de Covid-19, e instaram os bancos regionais a facilitarem financiamentos imobiliários, além de promoverem políticas específicas para aumentar vendas de carros, incluindo extensão de isenções de impostos para carros elétricos até 2027.

Em relação à política monetária ao redor do globo, o *Bank of Japan* foi a grande surpresa do mês. A autoridade manteve a política de controle da curva de juros, com a meta de taxa para os títulos de 10 anos do Japão entre -0,50% e +0,50%, porém frisou que fará tal controle com mais flexibilidade, considerando tais metas como referências, não mais como limites. Após a decisão do

BoJ, as taxas de 10 anos se elevaram e atingiram 0,60%, forçando o BoJ a atuar com compras especiais, para que as taxas retornassem à taxa de referência.

No Brasil, após o recesso, as atenções estão voltadas para a tramitação das matérias econômicas no Congresso. Arcabouço fiscal, Reforma Tributária e PL do Carf são os destaques e faltam ajustes finais, dirimindo as diferenças entre Senado e Câmara. Em relação ao Arcabouço Fiscal, a grande questão é o que ficará de fora do limite, após senadores retirarem alguns itens do limite após proposta enviada pelos deputados. Cláudio Cajado, relator na Câmara, não gostou das alterações menos fiscalistas do Senado e provavelmente chegarão a um meio-termo. Sobre Tributária, Senado vai na direção contrária em relação ao fiscal, e pretende reduzir exceções para não pressionar alíquota final, além de propor limite máximo para a alíquota no texto da matéria. Outro ponto que demandará discussão é o Conselho Federativo e sua composição, órgão que será responsável pela gestão do novo imposto, indicando distribuição entre entes federativos. Os senadores do NO e NE, em maioria no Senado, têm interesse de barrar a estrutura proposta pela Câmara, que acatou proposta de governadores do S e SE, dando mais peso ao tamanho da população e das economias das regiões, enquanto preferem uma distribuição equitativa entre as regiões.

Porém, política monetária foi o que mais movimentou o noticiário brasileiro recentemente, com dois novos membros indicados pelo atual Governo para o COPOM. Na primeira reunião com estes, tivemos corte de 50 pb, com promessa para a próxima reunião mais uma queda de mesma intensidade. O ponto alto foi a decisão dividida (5x4), com o voto de minerva sendo do próprio Roberto Campos Neto, que vota por último. Um dos motivos que chancelou tal corte foi o Banco Central do Chile, que reduziu 100 pb no juro básico, acima do consenso de 75 pb. Por ter sido, assim como nossa autoridade monetária, uma das primeiras a iniciar um vigoroso ciclo de alta, avalizou um corte, pelo nosso Banco Central, mais forte que o esperado anteriormente, 25 pb. Bom pontuar que elevação de rating pela Fitch, de BB- para BB e a política de preços da Petrobras, que amplia a queda da inflação, são fatores que também fundamentaram a redução maior que o esperado, de 50 pb.

Desempenho do fundo

O fundo teve rentabilidade de 2,85% no mês, ante CDI de 1,07%. Nos últimos 12 meses, o fundo valorizou 12,99%, contra um CDI de 13,54%, equivalente a 96% do CDI. A volatilidade para esse mesmo período ficou em 4,02%. O fundo está com sua *duration* consolidada em 5,3 anos e uma carteira de *bonds* com *yield* de 8,53% em dólares. As maiores posições do fundo são: Brasil (soberano), Banco do Brasil, Petrobras, Suzano e Tupy.

Salientamos que o fundo está bem posicionado para enfrentar os desafios de curto e médio prazos e que nossa gestão continua especialmente ativa, pronta para agir caso o cenário corrente se desvie de nossas expectativas de mercado.



OBJETIVO DO FUNDO

O fundo Octante Crédito Privado FIC FIM IE prevê a aplicação de no mínimo 95% do seu patrimônio líquido nas cotas do Fundo Master (Octante Crédito Privado Master FIM IE), que tem como objetivo buscar rendimentos superiores a 100% da variação do CDI no longo prazo, através do investimento em *bonds* corporativos e soberanos da América Latina, concentrado em Brasil, com proteção cambial.

HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

Retornos mensais	Fundo	CDI	%CDI
Desde o início	475,20%	245,51%	194%
Últimos 12 meses	12,99%	13,54%	96%
jul-23	2,85%	1,07%	266%
jun-23	1,60%	1,07%	150%
mai-23	-0,06%	1,12%	-
abr-23	1,00%	0,92%	109%
mar-23	0,43%	1,17%	37%
fev-23	-1,34%	0,92%	-
jan-23	1,27%	1,12%	113%
dez-22	1,53%	1,12%	137%
nov-22	3,73%	1,02%	366%
out-22	1,89%	1,02%	185%
set-22	-2,29%	1,07%	-
ago-22	1,81%	1,17%	155%

Retornos anuais	Fundo	CDI	%CDI
2023	5,85%	7,64%	77%
2022	14,54%	12,37%	118%
2021	4,34%	4,40%	99%
2020	9,20%	2,77%	332%
2019	19,12%	5,97%	320%
2018	10,12%	6,42%	158%
2017	15,70%	9,95%	158%
2016	37,90%	14,00%	271%
2015	4,25%	13,23%	32%
2014	13,98%	10,81%	129%
2013	2,79%	8,05%	35%
2012	17,40%	8,41%	207%
2011	17,15%	11,59%	148%
2010	14,38%	9,74%	148%
2009*	3,73%	4,64%	80%

*desde 17/06/2009

INFORMAÇÕES GERAIS

Investimento Mínimo	R\$ 5.000,00
Movimentação Mínima	R\$ 1.000,00
Taxa de Administração*	1,50% ao ano
Taxa de Performance	20% do que exceder 100% do CDI
Classificação Anbima	Multimercados Investimento no Exterior
Horário limite para aplicação	14:00 horas
Cota do Resgate	D+15 dias corridos
Pagamento do Resgate	D+2 da cotização
Banco	Itaú Unibanco (341)
Agência	8541
Conta	37445-3
CNPJ	09.577.092/0001-41
Favorecido	Octante Crédito Privado FIC FIM IE
Gestor	Octante Gestão de Recursos Ltda
Administrador	INTRAG
Custodiante	Banco Itaú S.A.
Auditor	PWC
ISIN	BROCTACTF005

*Taxa de administração total de 1,50% a.a., sendo 1,00% a.a. incidente sobre os investimentos no Octante Crédito Privado FIC FIM IE, acrescido de 0,50% incidente sobre os investimentos do Octante Crédito Privado FIC FIM IE no Octante Crédito Privado Master FIM IE

As informações contidas nesse material são de caráter exclusivamente informativo. Fundos de investimento não contam com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do fundo garantidor de crédito - FCC. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura e a rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. Não há garantia de que este fundo terá o tratamento tributário para fundos de longo prazo. Os fundos de crédito privado estão sujeitos a risco de perda substancial de seu patrimônio líquido em caso de eventos que acarretem o não pagamento dos ativos integrantes de sua carteira, inclusive por força de intervenção, liquidação, regime de administração temporária, falência, recuperação judicial dos emissores responsáveis pelos ativos do Fundo.

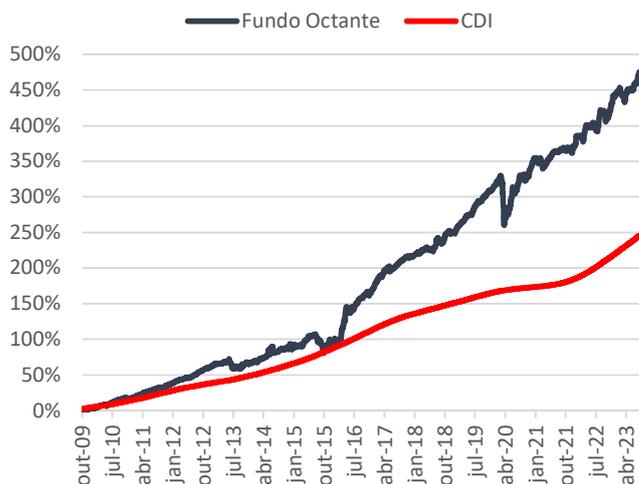
PÚBLICO ALVO

O fundo se destina a receber, exclusivamente, aplicações de investidores qualificados.

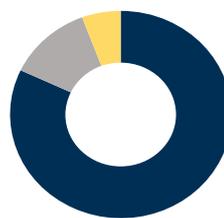
ESTATÍSTICAS DO FUNDO

% de Meses de Retorno Positivo	82,9%
% de Meses de Retorno Negativo	17,1%
Volatilidade no Mês (Anualizada)	2,84%
Volatilidade 12 Meses (Anualizada)	4,02%
Índice Sharpe 12 meses	-0,14
Valor da Cota em 31 de julho de 2023	5.761,98
PL em 31 de julho de 2023	45.873.392
PL Médio (12 meses)	43.451.667
PL do Master em 31 de julho de 2023	106.319.591
Current Yield da Carteira de Bonds em USD	8,53%
Duration Média Consolidada	5,3 anos

RENTABILIDADE HISTÓRICA



COMPOSIÇÃO POR PAÍS



■ Brasil; 82,0%
■ México; 12,3%
■ Colômbia; 5,7%

Composição por país da carteira de bonds

COMPOSIÇÃO SETORIAL

